

**Description of management and control system**  
**(Article 71 of Regulation 1083/2006 and Article 21 of Regulation 1826/2006)**

<b>Information submitted by (please indicate the MS or PS):</b>	Portugal
<b>Information submitted on (please indicate the date):</b>	May 2008

**Public Procurement, State Aid, Equal Opportunities and Environment rules**

<p><b>Instructions and guidance issued on the applicable rules (date and reference)</b></p>	<p><i>Public procurement:</i> Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro</p> <p><i>State Aids:</i> Regulamento (CE) n.º 1998/2006 da Comissão de 15 de Dezembro de 2006 (auxílio de <i>minimis</i>); Regulamento (CE) n.º 1628/2006 da Comissão de 24 de Outubro de 2006 e "Orientações relativas aos auxílios estatais com finalidade regional para o período 2007-2013 (2006/C 54/08)" in JO C 54 de 4 de Março de 2006] (Auxílio com finalidade regional); Decreto-Lei n.º 287/2007, de 17 de Agosto (define as condições a que deve estar sujeita a utilização dos sistemas de incentivos ao investimento das empresas enquanto instrumento fundamental das políticas públicas de dinamização económica)</p> <p><i>Environment:</i> No specific legislation is applicable to the type of activities to be implemented by the ESPON Programme 2013. Nevertheless, all the national environmental legislation can be found at <a href="http://siddamb.apambiente.pt/">http://siddamb.apambiente.pt/</a>. and a list of the main legislation applicable to spatial planning and environment is attached in annex.</p> <p><i>Equal opportunities:</i> Lei n.º 14/2008, de 12 de Março (proíbe e sanciona a discriminação em função do sexo no acesso a bens e serviços e seu fornecimento, transpondo para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2004/113/CE, do Conselho, de 13 de Dezembro)</p>
<p><b>Measures foreseen to ensure that applicable rules are complied with, for example, management checks, controls, audits</b></p>	<p>The first level controllers will check the legislation. In case of second level audits, auditors too verify the compliance</p>

Other national rules applicable to ERDF and ESF: Regulamento Geral do FEDER e do FSE (Aprovado pela Comissão Ministerial de Coordenação do QREN em 04/10/2007)

**DIRECÇÃO-GERAL DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO URBANO**  
 CAMPO GRANDE, N.º 50      1749-014 LISBOA

*Maria José Festas*

Maria José Festas

Senior Advisor  
 Directorate General for Spatial Planning and Urban Development  
 Ministry of Environment, Spatial Planning and Regional Development

# Description of management and control system (Article 71 of Regulation 1083/2006 and Article 21 of Regulation 1826/2006)

## Annex – Legislation

### Áreas protegidas

- Decreto-Lei n.º 19/93, de 23 de Janeiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 151/95, de 24 de Junho, pelo Decreto-Lei n.º 213/97, de 16 de Agosto, pelo Decreto-Lei n.º 227/98, de 17 de Julho, pelo Decreto-Lei n.º 221/2002, de 22 de Outubro e pelo Decreto-Lei n.º 117/2005 de 18 de Julho
- Decreto-Lei n.º 204/2002, de 1 de Outubro
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 102/96, de 8 de Julho
- Decreto Legislativo Regional n.º 15/2007/A, de 25 de Junho

### Albufeiras de águas públicas

- Decreto-Lei n.º 502/71, de 18 de Novembro
- Decreto Regulamentar n.º 2/88, de 20 de Janeiro, alterado pelo decreto Regulamentar n.º 37/91, de 23 de Julho, pelo Decreto Regulamentar n.º 33/92, de 2 de Dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 151/95, de 24 de Julho
- Decreto Regulamentar n.º 3/2002, de 4 de Fevereiro

### Incêndios

- Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28. de Junho (estabelece as medidas e acções a desenvolver no âmbito do Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios)
- Decreto-Lei n.º 327/90, de 22 de Outubro (regula a ocupação do solo objecto de um incêndio florestal), alterado pelo Decreto-Lei n.º 55/2007, de 12 de Março

### Litoral

- Decreto-Lei n.º 302/90, de 26 de Setembro
- Lei n.º 49/2006, de 20 de Agosto

### Recursos Hídricos

- Lei n.º 54/2005, de 15 de Novembro (estabelece a titularidade dos recursos hídricos)
- Lei n.º 58/2005, de 29 de Dezembro (aprova a Lei da Água, transpondo para a ordem jurídica nacional a Directiva n.º 2000/60/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Outubro, e estabelecendo as bases e o quadro institucional para a gestão sustentável das águas)
- Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de Maio (estabelece o regime da utilização dos recursos hídricos)

### Rede Natura

- Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de Abril (revê a transposição para a ordem jurídica interna da Directiva n.º 79/409/CEE, do Conselho, de 2 de Abril relativa à conservação das aves selvagens, e da Directiva n.º 92/43/CEE, do Conselho, de 21 de Maio relativa à preservação dos habitats naturais e da fauna e da flora selvagens); revoga os Decreto-Lei n.º 75/91, de 14 de Fevereiro, 224/93, de 18 de Junho, e n.º 226/97, de 27 de Agosto), alterado pelo Decreto-Lei n.º 49/2005, de 24 de Fevereiro
- Decreto-Lei n.º 384/B/99, de 23 de Setembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 49/2005, de 24 de Fevereiro
- Decreto Regulamentar n.º 6/2008, de 26 de Fevereiro
- Portaria n.º 829/2007, de 1 de Agosto

- Decreto Legislativo Regional n.º 18/2002/A, de 16 de Maio
- Decreto Regulamentar Regional n.º 21/2004/A, de 1 de Julho
- Decreto Legislativo Regional n.º 5/2006/M, de 2 de Março

#### **Ruído**

- Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de Janeiro (aprova o Regulamento Geral do Ruído)

#### **Avaliação de Impacte Ambiental de Projectos - AIA**

- Decreto-Lei n.º 69/2000, de 3 de Maio (aprova o regime jurídico da avaliação de impacte ambiental, transpondo para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 85/337/CEE, com as alterações introduzidas pela Directiva n.º 97/11/CE, do Conselho, de 3 de Março de 1997), alterado pelo DL n.º 197/2005, de 8 de Novembro (terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 69/2000, de 3 de Maio, transpondo parcialmente para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2003/35/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de Maio)
- Portaria n.º 123/2002, de 8 de Fevereiro
- Portaria Conjunta n.º 1102/2007, de 7 de Setembro
- Portaria n.º 330/2001, de 2 de Abril
- Despacho n.º 11874/2001 (2.ª série), de 18 de Maio

#### **Avaliação Ambiental de Planos e Programas**

- Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15.06 (estabelece o regime a que fica sujeita a avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente, transpondo para a ordem jurídica interna as Directivas n.º 2001/42/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de Junho, e n.º 2003/35/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de Maio)

#### **Reserva Agrícola Nacional**

- Decreto-Lei n.º 196/89, de 14 de Junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 274/92, de 12 de Dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 278/95, de 25 de Outubro
- Reserva Ecológica Nacional
- Decreto-Lei n.º 93/90, de 19 de Março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 180/2006, de 6 de Setembro, rectificado pela Declaração de Rectificação n.º 75-A/2006, de 3 de Novembro
- Portaria n.º 813/2007, de 27 de Julho
- Portaria n.º 814/2007, de 27 de Julho

#### **Património cultural**

- Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro (estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural)

#### **Sistema de gestão territorial**

- Lei n.º 49/98, de 11 de Agosto (estabelece as bases da política de ordenamento do território e de urbanismo), alterada pela Lei n.º 54/2007, de 31 de Agosto
- Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 310/2003, de 10 de Dezembro; pela Lei n.º 58/2005, de 29 de Dezembro, pela Lei n.º 56/2007, de 31 de Agosto e pelo Decreto-Lei n.º 316/2007, de 19 de Setembro
- Portaria n.º 137/2005, de 2 de Fevereiro
- Portaria n.º 138/2005, de 2 de Fevereiro, alterada pelo Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de Janeiro
- Portaria n.º 1474/2007, de 16 de Novembro
- Portaria n.º 389/2005, de 5 de Abril
- Decreto-Lei n.º 292/95, de 14 de Novembro
- Decreto-Lei n.º 115/2001, de 7 de Abril

- Decreto Legislativo Regional n.º 8-A/2001/M, de 20 de Abril
- Decreto Legislativo Regional n.º 14/2000/A, de 23 de Maio, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 11/2002/A, de 11 de Abril, pelo Decreto Legislativo Regional n.º 39/2002/A, de 3 de Dezembro e pelo Decreto Legislativo Regional n.º 24/2003/A, de 12 de Maio

**Regime jurídico da urbanização e edificação**

- Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, alterado pela Lei n.º 60/2007, de 4 de Setembro  
Portaria n.º 216-A/2008, de 3 de Março
- Portaria n.º 216-B/2008, de 3 de Março
- Portaria n.º 216-C/2008, de 3 de Março
- Portaria n.º 216-D/2008, de 3 de Março
- Portaria n.º 216-E/2008, de 3 de Março
- Portaria n.º 216-F/2008, de 3 de Março
- Portaria n.º 232/2008, de 11 de Março

**Expropriações por utilidade pública**

- Lei n.º 168/99, de 18 de Setembro (aprova o Código das Expropriações)
- Decreto-Lei n.º 125/2002, de 10 de Maio

**Política de solos**

- Decreto-Lei n.º 794/76, de 5 de Novembro
- Decreto-Lei n.º 862/76, de 22 de Dezembro

**Política de Cidades**

- Decreto-Lei n.º 104/2004, de 7 de Maio
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 143/2005, de 7 de Setembro

AF